

Governo combate carne clandestina

A estratégia prevê instalação de abatedouros públicos nas satélites, multas e apreensões e campanha educativa

MARCO TÚLIO ALENCAR

O governo está fechando o cerco contra a comercialização de carne clandestina no Distrito Federal. A implantação de abatedouros públicos e regionalizados, com inspeção técnica, a aplicação de multas e a apreensão das carnes de procedência não identificada, além de uma campanha educativa à população, fazem parte da estratégia de combater a venda de carne clandestina. Das 4 mil toneladas consumidas mensalmente no Distrito Federal, dois terços têm origem desconhecida.

A Secretaria de Agricultura se reuniu ontem com titulares e representantes das administrações regionais de Ceilândia, Gama, Sobradinho, Paranoá e Brazlândia para iniciar o processo de construção de abatedouros públicos. As administrações terão de encontrar locais para a construção e empresários interessados em instalar abatedouros — que serão utilizados mediante o pagamento de taxas fixadas pelos administradores.

“Com o abate acontecendo em locais apropriados, dentro das condições exigidas de higiene, e a carne recebendo inspeção, as pessoas vão preferir comprar os produtos inspecionados. Ao eliminar intermediários, a carne será vendida mais barata e o produto de origem conhecida terá maior preferência”, aposta o secretário Nuri Andraus. A instalação de abatedouros, seguindo normas fixadas pela Câmara

Legislativa, e regulamentadas pela Secretaria de Agricultura, não tem um custo elevado. “Os abatedouros que podem ser também regionalizados, ou seja, construídos dentro de propriedades particulares, são simples, o que torna a obra barata”, disse.

Fiscalização — Doze propriedades já estão construindo seus abatedouros particulares e poderão trabalhar com até 60 toneladas mensais. A expectativa da Secretaria é de que os abatedouros públicos nas cidades por onde se processa a entrada da carne clandestina estejam prontos até o início do próximo ano. A partir daí vai começar um processo de fiscalização mais intenso. As infrações, previstas na lei aprovada pela Câmara, vão de multas de Cr\$ 11,7 milhões (25 Unidades Padrão do Distrito Federal - UPDF) à apreensão do material que está sendo comercializado, com posterior incineração.

“O Governo do Distrito Federal está dando a opção para quem quiser buscar a legalização. Por isso, não deixará que os que atuam clandestinamente concorram”, disse o secretário. Apesar da fiscalização, Nuri Andraus espera vencer a batalha contra a comercialização de carne de origem desconhecida numa competição de mercado. A carne, no Distrito Federal, já paga a metade da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrada de outros produtos fora da cesta básica.



Das quatro mil toneladas de carne consumidas mensalmente no Distrito Federal, dois terços são de origem desconhecida